



**QUEM SÃO OS LICENCIANDOS DA UFRJ?
A IMPORTÂNCIA DE SE PERGUNTAR PELO OUTRO
NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**
SCHELB, Letícia Alves e BERNARDO, Maria Cristina
(LaPEADE – FE/ UFRJ)

Apresentação

Este trabalho visa apresentar e discutir o perfil dos alunos das Licenciaturas, a fim de conhecer as características destes futuros profissionais da educação enquanto sujeitos sociais. Centralizamos nossa discussão nas particularidades do professor em *processo de formação inicial*, ou seja, na compreensão da *pessoa* do professor.

Diante da emergência de nossa sociedade em estabelecer novos caminhos para a educação, discutimos alguns conceitos e questões importantes para a reflexão do quadro educacional atual. Iniciamos destacando as etapas definidas para o desenvolvimento da pesquisa. Em um segundo momento, apresentamos o paradigma de inclusão adotado, relacionando a efetivação da educação inclusiva com a prática desenvolvida pelo professor. A seguir apresentamos os dados recolhidos em nossa pesquisa considerando, durante a análise destes, a importância do processo de formação inicial deste profissional. Discutimos também a compreensão do professor como pessoa, como sujeito social dotado de características e posturas particulares. Por fim, apresentamos uma conclusão a respeito do que foi discutido.

A pesquisa

Neste trabalho propomos uma reflexão sobre o perfil do professor em formação, a partir da análise de um recorte dos dados coletados na segunda fase da pesquisa *Ressignificando a formação de professores para uma educação inclusiva*, desenvolvida pelo LaPEADE junto aos alunos dos cursos de licenciatura da FE/UFRJ, cujo objetivo é contribuir para a resignificação da formação de professores da FE/UFRJ para o desenvolvimento de culturas, políticas e práticas de inclusão. A pesquisa é de cunho qualitativo e neste momento encontra-se em fase de análise.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa foram: observação, pesquisa documental, questionário e grupo focal. O questionário foi elaborado com base nas informações coletadas na pesquisa documental e no referencial teórico acerca da educação inclusiva. A primeira parte deste instrumento recolheu, entre outros dados, informações relativas a aspectos como gênero, faixa etária, configuração familiar, acesso às tecnologias, formas de acesso à universidade e perfil econômico dos alunos da licenciatura da FE/UFRJ no período de 2005. As perguntas consideradas no presente trabalho – questões de 01 a 23 – foram predominantemente objetivas, mas, em alguns casos abriam a possibilidade de serem acrescentadas informações adicionais discursivas.

A amostra analisada abrangeu um total de 1007 respondentes. Contudo, antes de darmos prosseguimento à apresentação e discussão de tais dados e informações mais relevantes para nosso foco de análise, discutiremos, em linhas gerais, o que entendemos por inclusão e diversidade e como estes assuntos se relacionam com a temática em questão.

Inclusão e diversidade

Para o desenvolvimento deste estudo, buscamos analisar os dados a partir do paradigma da inclusão que orienta nossa pesquisa. Compreendemos, porém, que os dados são fontes inesgotáveis, passíveis de diferentes interpretações.

Entendemos a inclusão em educação como um processo de luta contra as possíveis barreiras à participação dos indivíduos nos diferentes campos da sociedade. A inclusão não se dirige a um grupo determinado, mas a todos e quaisquer indivíduos que estejam de algum modo sendo impedidos de participar plenamente em toda e qualquer situação seja ela educacional ou não; em outras palavras, “inclusão se refere, portanto, a todos os esforços no sentido da garantia da participação máxima de qualquer cidadão em qualquer arena da sociedade em que viva, à qual ele tem direito, e sobre a qual ele tem deveres” (SANTOS, 2003, p.81).

Assim, a inclusão não tem um fim determinado; ela está sempre acontecendo, é um processo permanente de mudanças, de adaptações para a minimização das situações de

exclusão. A educação inclusiva pode ser entendida assim, como um dos aspectos da luta pela inclusão social. A educação inclusiva compreende, portanto, os esforços empreendidos por todos os participantes do processo educacional para a redução das exclusões sofridas pelos educandos.

Uma proposta de educação orientada para a inclusão visa então a concretização de uma prática pedagógica que valorize a diversidade. Uma prática crítica, consciente, que respeite as diferenças presentes nas salas de aula, que veja e aja positivamente com relação às especificidades, às necessidades individuais de cada educando. Uma educação inclusiva propõe o estabelecimento de uma relação dialógica, de troca entre os profissionais da educação e os educandos.

Desse modo, a educação deve orientar-se para a assunção de seu papel social, garantindo um processo educacional significativo, que oportunize a todas as pessoas as mesmas possibilidades de aprendizagem. A escola para exercer uma prática pedagógica inclusiva precisa, através de seus profissionais, pensar em uma prática flexível, que rompa com o sistema tradicional, com os padrões estabelecidos e legitimados em nossa sociedade. É neste sentido, que reconhecemos a importância do papel do professor para o processo de inclusão.

Os dados que se seguem nos dão algumas *pistas* que podem colaborar para refletirmos sobre que professor é esse que, potencialmente, irá *pensar e fazer* a inclusão na escola. Profissionais em fase de construção, não só técnica – em termos de aprendizagem de um ofício – mas, sobretudo ética, política e pessoal.

Apresentação dos dados

As questões de 01 a 05 indagavam a respeito dos dados pessoais dos respondentes. A questão 02 define os alunos da FE/ UFRJ segundo os grupos de idade e a questão 03 segundo o gênero. Temos assim o seguinte quadro relativo à faixa etária e ao gênero dos alunos das licenciaturas da FE/UFRJ, respectivamente: 16,43% dos respondentes têm até 20 anos; 72,11% pertencem à faixa etária de 21 a 30 anos; 8,66% pertencem à faixa etária

de 31 anos em diante e 2,79% não responderam. Em relação à categoria gênero: 32,57% são do sexo masculino, 64,74% são do sexo feminino e 2,69% não responderam.

As questões 05, 06 e 07 procuravam saber a respeito do estado civil dos respondentes e da configuração familiar, quanto ao número de filhos. Assim verificamos, quanto ao estado civil que: 84,66% dos alunos são solteiros; 10,66% são casados; 2,00% outras categorias, 2,69% não responderam. Em relação ao número de filhos: 89,71% não possuem, 6,76% possuem de 1 a 4 filhos e 3,53% não responderam.

As questões 14 e 15 buscavam conhecer o uso e o acesso às tecnologias durante o processo de formação inicial, mais especificamente, o computador e a internet. Observamos que: 86,25% dos respondentes possuem computador em casa; 12,15% não possuem e 59% não responderam. No que tange ao acesso à internet 79,76% dos respondentes acessam sempre ou com alguma frequência, 18,44% acessam com pouca frequência ou raramente e 1,80% não responderam.

Além do acesso às tecnologias procuramos identificar nas questões 17 e 18 como os alunos chegam à universidade em relação ao tipo e a quantidade de meios de transporte utilizados. Assim, verificamos que 63,41% utilizam ônibus; 4,54% metrô; 3,43% carona e carro de familiares, 9,78% carro próprio, 6,25% ônibus da UFRJ, 1,81% a pé; 6,76% combinam dois tipos de transporte, 2,32% outros e 1,71% não responderam. Em relação ao número de transportes utilizados temos o seguinte panorama: 8,79% nenhum, 36,36% um, 38,39% dois, 4,95% três, 1,41% quatro ou mais e 9,60% não responderam.

As questões 21 e 22 são relativas ao perfil econômico dos respondentes. A questão 21 aponta os grupos segundo a origem da renda: 22,01% vem do trabalho; 32,67% dos recursos da família; 11,35% dos recursos da UFRJ; 31,08% outros e 2,89% não responderam. A questão 22 é complementar à questão 21 e apresenta os alunos segundo a renda mensal: 30,45% até R\$ 240,00, 47,61% de R\$ 240,00 a R\$ 960,00, 9,16% de R\$ 960,00 a R\$ 2.400,00, 5,08% acima de R\$ 2.400,00, 2,09% outras e 5,58% não responderam.

Tais características apontam a necessidade de investigar de forma aprofundada quem é o público das licenciaturas da UFRJ e averiguar se as políticas, projetos e práticas institucionais contemplam ou não esses sujeitos, sendo eles maioria ou minoria. O conjunto dos respondentes indica que os cursos de licenciatura atendem predominantemente um grupo de alunos que tem entre vinte e um e trinta anos, majoritariamente feminino, solteiro, sem filhos, possui computador com acesso freqüente à internet, utiliza em média dois ônibus para ir à Universidade e se mantém com a renda da família na faixa de R\$240,00 a R\$900,00 por mês. No entanto, não significa que o restante dos alunos que não se encaixam nesse perfil seja irrelevante. Pelo contrário, isto nos interessa exatamente para observarmos como a Universidade tem lidado com a diversidade e com as necessidades dos seus alunos, por exemplo, com os 30,45% que se mantém com renda mensal de até R\$ 240,00 ou com os 22,01% dos estudantes trabalhadores.

O papel do professor e sua formação

O ofício de professor exige que a pessoa, que o profissional se comprometa com um discurso que celebra os valores da democratização, da cooperação e da solidariedade, mas exige-lhe que atue hierarquizando, selecionando, impondo a concorrência e a competição. É nesse contexto social, (...) que aquilo que diz e faz é mediatizado pelo seu corpo, os seus afetos, os seus sonhos, os seus fantasmas, as suas convicções (NÓVOA, 1991, p.189).

O professor tem um papel fundamental para a promoção de uma educação que contemple a diversidade do alunado. A partir da fala de Nóvoa, ressaltamos que ser professor é enfrentar contradições no cotidiano, vezes pensando e desejando algo que na prática não é sustentável, ou já tendo desistido enquanto o discurso educacional é de esperança, o mais grave parece ser o fato de muitos educadores, profissionais da área, não reconhecerem esta dimensão política de conflitos e disputas nos espaços educacionais.

Ser professor exige consciência da responsabilidade ética e política, do comprometimento social desta profissão. À medida que o professor é responsável pela

socialização do conhecimento, ele assume um lugar de destaque na concretização de uma sociedade democrática.

As posturas adotadas pelos professores, os valores que assumem, seu discurso, refletem diretamente na prática pedagógica que desempenham e são reveladores do olhar sobre a educação em jogo, além de desvelar os paradigmas que norteiam sua prática diária em sala de aula. Sendo assim, uma educação de qualidade efetiva para *todos* depende de gestos e atitudes relacionadas às culturas e posturas políticas do educador.

Os professores são funcionários, mas de um tipo particular, pois a sua ação está impregnada de uma forte intencionalidade política, devido aos projetos e as finalidades sociais de que são portadores. No momento em que a escola se impõe como instrumento privilegiado da estratificação social, personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: agentes culturais, os professores são também, inevitavelmente, agentes políticos (NÓVOA, 1991, p.14).

Um olhar crítico exercitado continuamente pelo professor pode, talvez, favorecer um ambiente de aprendizagem que compreenda a relação professor aluno como um momento de troca, onde ambos se constituem como sujeitos. É por meio do estudo associado às próprias vivências como professor e características do aluno que o primeiro poderá enxergar no outro suas necessidades e conflitos; poderá estabelecer um processo de ensino e aprendizagem focado no indivíduo e ao mesmo tempo capaz de valorizar a diversidade presente na sala de aula.

Sem estabelecer uma referência, mas investindo nas diferenças e na riqueza de um ambiente que confronta significados, desejos, experiências, o professor deve garantir a liberdade e a pluralidade de opiniões dos alunos e nesse sentido ele é obrigado a ir além de suas próprias convicções para ter a possibilidade de aprender a partir do que os outros são e sabem (MANTOAN, 2002, p.21).

Sem uma mudança cultural, no sentido de hábitos, práticas e valores e sem a construção e a oferta de novas abordagens pedagógicas torna-se mais complexa a concretização de mudanças no panorama atual de exclusão na educação, o que fica bastante claro em nossa pesquisa.

A partir disso, destacamos também a importância da formação inicial para a constituição desse professor-sujeito. A Universidade como locus de formação desse profissional deve se constituir como um espaço de reflexão. Um espaço onde o professor estabeleça relações de sentido entre teoria e prática, desenvolvendo percepções e atitudes voltadas para a diversidade da sala de aula. Para tanto, a Universidade precisa oferecer meios para que este aluno-professor possa usufruir plenamente desse espaço. Desde a grade curricular até o transporte, a universidade deve refletir sua preocupação com o desenvolvimento deste profissional enquanto sujeito. Desse modo, para romper com uma educação reprodutivista, sua formação deve ser direcionada no sentido de dar-lhe autonomia, originalidade e criticidade, no pensar e no agir.

A pedagogia do outro como hóspede de nosso presente é a pedagogia cujo corpo se “reforma” e/ou auto-reforma; é a ambição do texto da mesmidade que tenta alcançar o outro, domesticar o outro, dar-lhe voz para que diga sempre o mesmo, exigir-lhe sua inclusão, negar a própria produção da sua exclusão e de sua expulsão, nomeá-lo, confeccioná-lo, dar-lhe um currículo “colorido”, oferecer-lhe um lugar vago, escolarizá-lo para que, cada vez mais, possa parecer-se com o mesmo, ser o mesmo (SKLIAR, 2002, p.213).

Assim, a formação inicial precisa estabelecer uma proposta pedagógica baseada nas experiências individuais, nas motivações e estilos de cada um, para que a profissão docente se concretize através das reflexões entre os conceitos que circundam o “professor” enquanto profissional, indivíduo, cidadão e sujeito.

Diante disso é urgente e extremamente relevante para se delinear um movimento de transformação, de ruptura, com o que está posto de forma hegemônica no sistema educacional de todos os níveis examinar, problematizar, reformular e colocar em foco as instituições de formação.

Considerações finais: o professor como sujeito social

A necessidade de uma formação que desenvolva no professor uma percepção diferenciada sobre o ambiente educacional nos leva a refletir sobre a construção da identidade desse profissional. Existe uma identidade de professor?

Lançando mão do paradigma de inclusão, referencial teórico deste trabalho, que propõe a importância de respeitarmos cada aluno com suas individualidades, não podemos definir uma identidade única para os professores. Ao pensar a figura do professor devemos considerar que este tem uma formação social enquanto indivíduo, que extrapola sua formação profissional. É uma pessoa dotada de diferentes experiências, vivências, valores, expectativas, limites e potencialidades. Dessa forma, nos parece incoerente pensar no professor sem considerar a totalidade de suas particularidades, separando a pessoa do profissional. .

O que podemos e precisamos fazer é pensar no professor como sujeito social, pensar em suas representações e práticas, nas relações que este estabelece com o meio sociocultural em que vive. Suas histórias de vida são fundamentais para a construção da identidade desse sujeito, quando este constitui-se “professor”.

É por meio da relação com o outro, das conexões entre o que vai experienciando ao longo de sua formação teórica e prática que o professor vai delineando seu discurso, seu pensar educacional. É por meio do seu discurso, que os professores manifestam suas subjetividades. Conforme Nóvoa:

a preocupação com a pessoa do professor é central na reflexão educacional e pedagógica. Sabemos que a formação depende do trabalho de cada um. Sabemos também que mais importante do que formar é formar-se; que todo conhecimento é autoconhecimento e que toda formação é autoformação (Nóvoa, 2003, p.14)

Para que a Universidade proponha uma formação voltada para a inclusão, é necessário respeitar e contemplar a diversidade de características de seus alunos. Gênero, faixa etária, configuração familiar, acesso às tecnologias são categorias importantes para pensar as diferentes formas de acesso e permanência na Universidade adequando-as ao perfil dos alunos, bem como para compreendermos como vem se construindo o processo de formação de professores na Universidade. Isto torna-se possível na medida em que se pergunta quem é o outro; em que se focaliza o olhar para o aluno; refletindo e efetivando assim práticas, políticas e culturas inclusivas. É essa relação entre a formação de um



sujeito-professor e de um professor-sujeito que pretendemos problematizar a partir da análise mais aprofundada desta pesquisa.

Referências Bibliográficas

MANTOAN, Maria. T. E. **Ensinando a turma toda – as diferenças na escola.** In: Pátio – Revista pedagógica – Ano V, nº 20. ARTMED: Porto Alegre, Fev/Abr/2002, pp.18-23.

NÓVOA, Antônio. **O professor se forma na escola.** Revista Nova Escola 2001.

NÓVOA, Antônio. (org.). **Profissão professor.** Porto: Porto Editora, 1991.

SANTOS, Mônica. P. **O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva.** Revista da Faculdade de Educação da UFF- nº 7, maio 2003, p.78-91.

SKLIAR, Carlos. **A educação que se pergunta pelos outros: e se o outro não estivesse aqui.** IN: Currículo: debates contemporâneos. (Org.) Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. São Paulo: Cortez, 2002.